



NOVOS RUMOS

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Pernambuco

Boletim Nº 02 • Março • 2008



Pela Redução da Jornada de Trabalho e geração de emprego de qualidade



O desemprego atingiu níveis altos, fruto da política neoliberal imposta no País durante anos. Muitas pessoas estão desempregadas e, outras trabalham longas jornadas.

O atual nível de desemprego, sobretudo, seu caráter estrutural observado em diversos países tem levado à discussão sobre a Redução da Jornada de Trabalho – RJT, sem redução de salários, como um dos meios para preservar e criar empregos de qualidade e possibilitar a construção de boas condições de vida para o trabalhador e trabalhadora.

Qualidade de vida

Muitos estão desempregados e um grande número de pessoas estão trabalhando cada vez mais, realizam horas extras de forma mais intensa devido às inovações tecnológicas e organizacionais e à flexibilização do tempo de trabalho.

O desemprego e as longas e intensas jornadas de trabalho têm como consequência diversos fatores relacionados à saúde com: estresse, depressão, Lesões por Esforço Repetitivo - LER

que aumenta as dificuldades para o convívio familiar e a desestruturação em virtude do desemprego.

Com a economia brasileira apresentando condições favoráveis, do ponto de vista social fica evidente a necessidade da Redução da Jornada de Trabalho – RJT.

Hoje, a Redução da Jornada de Trabalho tem como objetivo a luta contra o desemprego, e abrange não só a jornada menor, mas, a limitação da hora extra, bem como a revogação da lei sobre o banco de horas e o trabalho aos domingos.

Limitação das horas extras

Pelos cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico - DIEESE, a Redução da Jornada de Trabalho de 44 para 40 horas semanais teria o impacto potencial de gerar em torno de 2.252.600 novos postos de trabalho no país, considerando que:

a) O Brasil tinha **22.526.000** pessoas com contrato de **44 horas** de trabalho, segundo dados da Relação Anual das Informações Sociais – Rais, do Ministério do Trabalho e Emprego;

b) Diminuindo **quatro horas de trabalho semanais** de cada uma delas, cria-se a possibilidade de gerar **2.252.600** novos postos de trabalho.

c) Cálculo: $(22.526.000 \times 4) : 40 = 2.252.600$

Para potencializar a geração de novos postos de

trabalho, a Redução da Jornada de Trabalho deve vir acompanhada de medidas como a limitação das horas extras e uma regulamentação do banco de horas, que não permitam aos empresários compensar os efeitos de uma jornada menor que não com a contratação de novos trabalhadores.

Uma jornada de 40 horas semanais, como propõe a PEC 393 num primeiro momento, deve abrir mais de dois milhões de novos postos de trabalho no mercado formal, se acompanhada de uma regulação mais rigorosa e restritiva das horas extras.

De acordo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “os avanços da modernidade, as conquistas tecnológicas devem significar não apenas um maior aumento de produtividade e rentabilidade, mas também servir para aumentar as horas de lazer do trabalhador e melhorar as condições de trabalho”. Contudo, a transformação dessa possibilidade em realidade não se dará sem a enérgica intervenção do movimento sindical para quebrar a intransigência patronal.



Centrais Sindicais lançam campanha pela Redução da Jornada de Trabalho e pela Reforma Tributária



Ao considerar que, a redução da jornada leva a diminuir os alarmantes índices de doenças gerados na produção, conseqüentemente o trabalhador sofrerá menos desgaste e, como resposta, um aumento na produtividade do trabalho.

Durante reunião das centrais sindicais, foram definidas diretrizes de luta da **Campanha Unificada pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário, Reforma Tributária, valorização do Salário Mínimo e a recomposição da tabela do Imposto de Renda.**

Apoiados na defesa da luta trabalhista, as centrais sindicais decidiram movimentar suas bases para

recolher assinaturas. Postos foram montados para coleta de assinaturas em diversos sindicatos e locais públicos por todo Brasil. O abaixo-assinado, após reunir milhões de assinaturas, será entregue ao Congresso Nacional.

Diante das novas medidas econômicas divulgadas pelo governo no começo deste ano e, aproveitando a união das centrais, foi lançado um manifesto em defesa dos **Investimentos Sociais** e de uma **Reforma Tributária** justa e democrática, ou seja, os trabalhadores não podem pagar pelo fim da CPMF. “Os recursos para compensar a perda de arrecadação devem ser buscados na redução das metas do superávit primário, da taxa de juros e da cobrança do IOF sobre o capital estrangeiro aplicado nas Bolsas, garantindo, dessa forma, os fundamentais investimentos na infra-estrutura e nas políticas sociais no Brasil”, diz o texto da nota assinada pelas centrais sindicais.

Estiveram presentes ao lançamento representantes da **CTB, CGTB, NCST, UGT, CUT e Força Sindical.**

Saúde do Trabalhador

Com o governo Neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, os sindicatos ficaram na defensiva. Os trabalhadores amargaram desemprego, arrocho e perda de direitos. As condições de trabalho pioraram com acidentes e incidência de antigas e novas doenças de trabalho.

Considerando que, a Redução da Jornada de Trabalho – RJT, leva a diminuir os alarmantes índices de doenças geradas na produção, tendo em vista que o trabalho provoca acidentes de forma mais freqüente do que se imagina, o trabalhador não possui informações mínimas sobre os riscos que vai encontrar. O resultado são doenças originadas em um ambiente de trabalho ruidoso, Lesões por Esforço Repetitivo – LER e as várias formas de intoxicação relacionadas à exposição a substâncias químicas presentes nos ambientes de trabalho. Soma-se a estes, outros tipos de doenças que

muitas vezes não são relacionadas facilmente ao trabalho. Por outro lado, o trabalho precário, temporário e sem carteira assinada, torna as atividades mais perigosas para uma mão-de-obra, em geral, expostas a riscos.

A questão da saúde e a segurança no trabalho são saldos negativos diante do neoliberalismo imposto e o recuo do movimento trabalhista. O patronato não investiu em segurança e dificultou a ação sindical.

Com a economia crescendo e o sindicalismo na ofensiva, é preciso retomar a bandeira da segurança no trabalho, colocando a saúde do trabalhador nas pautas de reivindicações, através dos veículos de comunicação das entidades, alertando para os riscos, denunciando acidentes e orientando a luta nos locais de trabalho.

